



**RENOVAR
PARA GANHAR**
AUTÁRQUICAS 2021



MANIFESTO AUTÁRQUICO 2021

RENOVAR PARA GANHAR

JSD.PT |



ÍNDICE GERAL

| | |
|--|--------------|
| MENSAGEM DO PRESIDENTE DA JSD | 4 |
| MENSAGEM DO DIRETOR DO GABINETE DE ESTUDOS | 5 |
| MENSAGEM DO COORDENADOR NACIONAL DOS JOVENS AUTARCAS SOCIAL DEMOCRATAS | 6 |
| OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REFERÊNCIA | 7-8 |
| TERRITÓRIOS VERDES | 9-14 |
| GENERALIZAÇÃO DOS GREEN BUILDINGS CERTIFICADOS COM LEED | 10-11 |
| IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE RECOLHA E GESTÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS | 12 |
| SUBSTITUIÇÃO DA RELVA POR VEGETAÇÃO SUSTENTÁVEL | 13 |
| INCENTIVOS MUNICIPAIS AO RECURSO À PRODUÇÃO DE ENERGIA DE FORMA DOMÉSTICA | 14 |
| DIGITAL | 15-17 |
| COFINANCIAMENTO DE LIVING LABS MUNICIPAIS | 16 |
| WIFI GRATUITO E ACESSO À FUTURA REDE DE 5G | 16 |
| GESTÃO DE TRÂNSITO INTELIGENTE | 16 |
| WEBSITES/APPS MUNICIPAIS COM OFERTA TURÍSTICA | 16 |
| DESMATERIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTÁRQUICOS | 17 |
| CARTÃO CIDADE | 17 |
| EMANCIPAÇÃO JOVEM | 18-35 |
| MOBILIDADE | 18-20 |
| I. INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS E INCLUSIVAS | 19 |
| II. REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS ABRANGENTE E ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS | 19 |
| III. ELIMINAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE POLUENTES DAS FROTAS MUNICIPAIS | 20 |
| IV. IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE | 20 |

| | |
|---|--------------|
| EDUCAÇÃO | 21-26 |
| I. REFORMAR A MENTALIDADE “ONE SIZE FITS ALL” | 22 |
| II. REPENSAR O ENSINO VOCACIONAL, CANALIZANDO-O PARA O EMPREGO ESPECIALIZADO DE CADA REGIÃO | 23 |
| III. REINTRODUÇÃO DA “BOLSA MAIS SUPERIOR” UNIVERSAL | 23 |
| IV. UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA | 24 |
| V. INCLUSÃO DA COMPONENTE ARTÍSTICA | 24 |
| VI. ESCOLA DO SÉCULO XXI | 25 |
| VII. AMBIENTE SEGURO E SAUDÁVEL NAS ESCOLAS | 26 |
| HABITAÇÃO | 26-31 |
| I. PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM PARA ESTUDANTES COM RENDAS CONTROLADAS | 28 |
| 1. CONTINUAR O COMBATE PELO AUMENTO DE CAMAS NAS RESIDÊNCIAS | 28-29 |
| II. DISPONIBILIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL | 30 |
| III. ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE A TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS (IMT) | 30 |
| IV. CHEQUES FAMÍLIA | 31 |
| CULTURA E DESPORTO | 31-35 |
| I. ATRIBUIÇÃO DE PASSES INTRA-RAIL PARA TODOS OS JOVENS QUE CELEBREM 18 ANOS | 31-33 |
| II. DESCONTO EM MUSEUS E PALÁCIOS | 33 |
| III. SINALIZAÇÕES CULTURAIS EM CADA MUNICÍPIO | 34 |
| IV. CRIAÇÃO DE AMBIENTES PÚBLICOS PROMOTORES DE EXERCÍCIO FÍSICO | 35 |

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA JSD

A Comissão Política Nacional da JSD está ativamente empenhada nas Eleições Autárquicas deste ano. Desde o início do mandato, reunimos com todas as estruturas distritais, regionais e concelhias da JSD, organizámos um pioneiro ciclo de formações para preparação dos Autarcas de Futuro da JSD, e temos vindo a dar destaque a todos os cabeça-de lista da Juventude Social Democrata a estas eleições.

Graças ao trabalho, à dedicação e ao empenho dos militantes e dirigentes da JSD, nestas eleições temos centenas de candidatos autárquicos da JSD nas listas do PSD em todo o território nacional, do norte ao sul, do interior ao litoral e nas regiões autónomas. É um orgulho liderar uma JSD ativa e envolvida no combate político local, em cada concelho, em cada freguesia para melhorar as nossas comunidades.

Eu próprio dou também este sinal à nossa estrutura, encabeçando uma candidatura à minha autarquia, a Câmara Municipal de Oeiras, algo que nunca antes tinha sido feito por um Presidente da JSD durante o seu mandato.

Estas eleições são importantes para começar a virar a página no País, invertendo um ciclo político e garantir que fortalecem a JSD e o PSD na construção da alternativa aos socialistas. A alternativa à estagnação gerada pelas políticas socialistas na qualidade de vida e no desenvolvimento do País também se joga nestas Eleições Autárquicas de 2021.

Como um contributo para a discussão e para a ação política dos futuros autarcas da JSD no mandato 2021-2025, a Comissão Política Nacional, através dos seus Gabinetes de Estudos e Autárquico, lança este Manifesto Eleitoral Autárquico com o objetivo de apresentar soluções concretas ao nível de áreas-chave para as nossas comunidades e para o futuro das novas gerações.

Se, por um lado, a construção de um programa eleitoral numa eleição autárquica é iminentemente local e varia de concelho para concelho e até, de freguesia para freguesia, por outro, a Comissão Política Nacional da JSD entende que deve existir, independentemente do território, um denominador comum nos objetivos e na ação dos autarcas da JSD. Este Manifesto Autárquico cumpre esse objetivo.

O Manifesto Autárquico da JSD para o próximo mandato autárquico (2021-2025) prioriza áreas de intervenção política concretas para o futuro de cada vila, de cada cidade, de cada terra do nosso país, a partir do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A JSD apresenta propostas concretas nas áreas dos Territórios Verdes, Digital e Emancipação Jovem (Mobilidade, Educação, Habitação, Desporto e Cultura), áreas-chave para um desenvolvimento sustentável de cada um dos nossos territórios. Este é o nosso compromisso. O nosso compromisso para Renovar para Ganhar e desenvolver o nosso país.

Alexandre Poço

MENSAGEM DO DIRETOR DO GABINETE DE ESTUDOS

Caros companheiros,

As eleições autárquicas são uma manifestação ímpar de democracia. Os seus fins são nobres: a proximidade às populações; a resolução dos problemas que mais afetam os cidadãos; a dedicação a melhorar a vida dos portugueses começando pelo mais básico. Naquelas urnas são depositados votos de esperança de quem sonha com um futuro mais promissor.

No entanto, o retrato do País real é muito diferente daquele que a propaganda socialista nos vende diariamente. O desemprego jovem disparou, as reformas estruturais são permanentemente adiadas e paira um clima de suspeição e desconfiança sobre a execução dos fundos europeus.

Apresentamos este Manifesto Autárquico como um apoio para todos os candidatos da JSD nestas eleições. Elegemos três temas prioritários: Cidades Verdes, Transição Digital e Emancipação Jovem. Para cada um deles elencamos propostas que possam ser implementadas em qualquer concelho do País. Subordinamos todo o Manifesto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reafirmando o nosso compromisso com um Futuro para todas as gerações.

Nestas eleições autárquicas de dia 26 de setembro jogamos mais do que somente o futuro individual das nossas terras. Está em causa o rumo de Portugal ao fim de oito longos e penosos anos de governação socialista. Sem rumo, sem objetivos que não o exercício vaidoso, prepotente e despótico do poder, Portugal anda à deriva sem que se consiga vislumbrar a superação do nosso atraso crónico e cada vez mais dilatado. Cada voto no PSD será um sinal inequívoco de que os Portugueses estão fartos desta governação.

Em suma, nestas eleições todos os Portugueses são chamados a escolher: por um lado, entre o amorfo e desnordeado poder socialista que não sabe para onde vai Portugal nem respeita de onde vem; por outro lado, escolher o único partido que já provou ser capaz de fazer as grandes reformas que Portugal precisa: o nosso PSD.

Gabriel Albuquerque

MENSAGEM DO COORDENADOR NACIONAL DOS JOVENS AUTARCAS SOCIAL DEMOCRATAS

Caras companheiras e caros companheiros,

As eleições autárquicas deste ano são um marco importante na mudança de rumo do nosso país, da nossa cidade, da nossa vila, da nossa aldeia. Em 2017, o PSD perdeu 428 autarcas em relação a 2013. Este deverá ser um ponto de viragem e todos nós somos importantes e imprescindíveis para a sua concretização.

Cada militante da Juventude Social Democrata é a voz fresca da social democracia na sua freguesia. Cada militante da Juventude Social Democrata é o coração e a alma da social democracia no seu município. Cada militante da Juventude Social Democrata é um agente de mudança, de progresso, de futuro.

Estamos diariamente lado a lado com a juventude portuguesa nas questões de âmbito nacional e local.

Insurgimo-nos e lutamos pelo seu presente e empenhamo-nos e pugnamos pelo seu futuro. Por isso, apresentamos este manifesto, onde expomos as medidas e as alterações que o poder autárquico deverá levar a cabo para que possamos garantir um futuro promissor para as próximas gerações. Temos a noção que vivemos num país desigual e que os níveis de desenvolvimento variam entre municípios, mas queremos que as nossas propostas sejam vistas como objetivos exequíveis a médio prazo.

Vamos Renovar para Ganhar!

Orlando Vaz

OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REFERÊNCIA



Fonte: www.ods.pt

O compromisso que a JSD apresenta aos jovens portugueses nas eleições autárquicas de 2021 é alicerçado num desenvolvimento sustentável que queremos implementar no nosso País e em cada município e freguesia.

A resolução A/RES/70/1 Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável apresenta 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a alcançar até 2030 por todos os 193 Estados-membros das Nações Unidas. Como explicam as Nações Unidas, «[a] Agenda 2030 é uma agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões do desenvolvimento sustentável (sócio, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes»¹.

¹ <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

A aplicação da Agenda 2030 deve ser efetuada tendo por base as cinco principais áreas temáticas identificadas, conhecidas como 5P's²:

- 1- Pessoas – referente à erradicação da pobreza e da fome, da promoção da dignidade e da igualdade;
- 2- Planeta – incidindo sobre o consumo e a produção sustentáveis, o combate às alterações climáticas e à gestão dos recursos naturais;
- 3- Prosperidade – no que diz respeito à realização pessoal, ao progresso económico e social;
- 4- Paz – para promoção de sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência;
- 5- Parcerias – relativamente à integração transversal, à interconexão e à mobilização conjunta em prol dos mais vulneráveis.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as respetivas metas estão interligados e têm uma pretensão de aplicação universal. Cada país deve definir quais os ODS prioritários para a sua estrutura de desenvolvimento nacional, em linha com o Programa Nacional de Reformas.

Em Portugal foram definidos como prioritários os ODS 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Género, 9 – Inovação e infraestruturas, 10 – Reduzir as desigualdades, 13 – Combate às alterações climáticas, e 14 – Oceanos, Mares e Recursos Marinhos.

Ao apresentar este Manifesto eleitoral autárquico, a JSD pretende simultaneamente sensibilizar os jovens portugueses para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos. Em cada proposta que este documento encerra apresentaremos o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável sobre o qual esta versará, resultando assim num plano de desenvolvimento municipal verdadeiramente sustentável, enquanto pretendemos dar resposta às necessidades que os portugueses sentem no seu quotidiano.

Esta estruturação do documento articula-se com a latente preocupação que a JSD tem manifestado pela necessidade de retirar o País da cauda da Europa – estimulando a economia local e promovendo a eficiência na gestão dos recursos municipais – rumo a um desenvolvimento económico sustentável para o ambiente e para as pessoas.

² <https://bcsdportugal.org/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

TERRITÓRIOS VERDES



As propostas que a JSD apresenta no âmbito das Territórios Verdes prosseguem o 13.o e o 15.o objetivos para o Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU, nomeadamente para «Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento relacionado com a mudança do clima e à gestão eficaz»³. **Queremos as nossas juntas de freguesia, municípios e País ambientalmente sustentáveis!**

O planeta tem sofrido um galopante desgaste ambiental. A mudança do clima é uma das manifestações mais gritantes e preocupantes desta transformação, com consequências diretas na qualidade de vida das pessoas, na economia e sustentabilidade do Planeta para as próximas gerações. Sem que nada façamos, estima-se que a temperatura terrestre aumente mais de 3°C até o final do século XXI.⁴

As gerações mais jovens são especialmente sensíveis à causa ambiental e a JSD está na linha da frente na luta por estas transformações tão relevantes para o nosso futuro coletivo.

Não defendemos um dogmatismo ideológico que não se importa de sacrificar a qualidade de vida dos cidadãos a troco de bandeiras com reduzido impacto. Pretendemos uma reforma verde, assente num plano de mudança sustentável.

Como qualquer reforma, também esta deve ser alavancada pela vontade de mudança dos portugueses e não imposta por cúpulas que insensivelmente não se importam de prejudicar a vida em sociedade para se apresentarem como paladinos de causas para as quais pouco contribuem.

Neste sentido, apresentamos quatro propostas de implementação municipal com impacto direto no combate às alterações climáticas.

³ <http://www.agenda2030.org.br/ods/13/>

⁴ <http://www.agenda2030.org.br/ods/13/>

GENERALIZAÇÃO DOS *GREEN BUILDINGS* CERTIFICADOS COM LEED

Os edifícios, como hoje os conhecemos, são responsáveis por cerca de 18% das emissões mundiais, isto é, pela produção anual de 9 biliões de toneladas de dióxido de carbono (CO₂). Segundo as Nações Unidas, se nada for feito, a pegada ecológica produzida pelos edifícios poderá duplicar até 2050. Este é um assunto da agenda dos jovens portugueses, que é, por excelência, a geração da sustentabilidade e do bem-estar.

O conceito dos *green buildings* primam pela preservação e utilização inteligente e eficiente dos recursos naturais a que estão expostos, nomeadamente energia solar passiva, ativa e fotovoltaica, dos sistemas de acumulação e redução de desperdício de água, de materiais e dos terrenos de maneira mais eficaz do que edifícios tradicionais. Estes edifícios são concebidos com recurso a materiais mais permeáveis e isolantes com o objetivo de reduzir o seu impacto ambiental. Através deste tipo de construção, permitir-se-á reduzir a energia necessária para o aquecimento do edifício e para a acumulação de água das chuvas. Se a necessidade de diminuir a pegada ecológica se dá pela diminuição da produção de energia per si, estes edifícios também contribuem para a redução da pegada ecológica por via da diminuição de desperdício de lixo, através da sua utilização para a produção da própria energia como biomassa. Os *green buildings* respondem com inovação e design em prol de maior eficiência energética, isto é, em prol das gerações vindouras⁵. Qualquer edifício pode ser um green building: uma casa, uma empresa, uma escola, um hospital, um centro comunitário, desde que obedeça aos princípios acima elencados.

Este conceito não é abstrato, e já se consubstanciou em alguns edifícios como o Taipei 101 (LEED - *Platinum*), o Tower na PNC Plaza (LEED - *Platinum*) e em Portugal como a SONAE Maia Business Center (LEED - *Gold*), o Edifício Sede do Grupo EDP (LEED - *Gold*) e o Portugal Telecom Operations Center (LEED - *Platinum*) e, no futuro, o novo módulo do aeroporto do Porto (LEED - TBC)⁶. Importa agora reproduzir esta boa prática e torná-la regra.

Segundo estudos realizados pelo *Massachusetts Technology Collaborative* nos Estados Unidos da América (EUA), comparando 33 *green buildings* determinou-se que, a **20 anos, existe um benefício de 400-600€ por metro quadrado num edifício certificado como LEED (*Leadership in Energy and Environmental Design*)**. Através da **redução do custo energético, do custo da água, com a diminuição dos desperdícios, com o menor custo de manutenção e a menor pegada ecológica, estes edifícios revelam-se mais-valias económicas.**

⁵ Choi, C., Removing market barriers to green development: principles and action projects to promote widespread adoption of green development practices. *The Journal of Sustainable Real Estate*, 2009. 1(1): p. 107-138.

⁶ <https://expresso.pt/economia/2020-02-19-Porto-vai-ter-no-novo-terminal-intermodal- o-maior-polo-de-absorcao-de-carbono-da-cidade>

Os *green buildings* que obtiveram a certificação *Green Star* na Austrália, demonstraram produzir 62% menos emissões de gases de efeito estufa do que a média dos edifícios australianos, e 51% menos água potável do que se tivessem sido construídos para cumprir os requisitos mínimos da indústria. Os *green buildings* certificados pelo *Indian Green Building Council* (IGBC) resultam em poupanças de energia de 40% a 50% e de água de 20% a 30% em comparação com os edifícios convencionais na Índia. Os *green buildings* que obtiveram a certificação *Green Star* na África do Sul demonstraram uma poupança média de 30% a 40% de energia e emissões de carbono por ano, e entre 20% a 30% de água potável por ano, quando comparados com a norma da indústria. Os *green buildings* que obtiveram a certificação LEED nos EUA e em outros países têm demonstrado consumir 25% menos energia e 11% menos água do que os edifícios não verdes.

Os benefícios da construção verde vão para além da economia e do meio ambiente, tendo também demonstrado trazer impactos sociais positivos. Muitos destes benefícios estão em torno da saúde e bem-estar das pessoas que trabalham em escritórios verdes ou vivem em casas verdes. Trabalhadores em escritórios verdes e bem ventilados registam um aumento de 101% na pontuação cognitiva (função cerebral)⁷. Funcionários em escritórios com janelas dormiram em média 46 minutos a mais por noite⁸.

Com a aposta na arquitetura de ponta, é possível maior qualidade do ar, melhor temperatura e maior iluminação natural, o que segundo estudos realizados⁹, impacta num aumento de produtividade que pode ir de 0,5% a 34%. Contudo, não é só na produtividade que as condições dos edifícios têm influência. Afinal, quase todas as pessoas passam a maioria dos seus dias no interior de edifícios. Sabe-se que a qualidade do ar no interior dos edifícios é 10 a 100 vezes pior do que o ar livre¹⁰, pelo que **melhoria da qualidade do ar associada a este tipo de construção tem consequências graves na saúde das populações que têm relevância no seu bem-estar.**

Os *green buildings* devem ser a norma e não a exceção. Propomos, seguindo o exemplo de inúmeros países, uma caldeira única por prédio em vez de uma **caldeira por habitação, aplicando-se a mesma regra aos painéis solares.** As políticas de futuro, e que não se prendem com resultados imediatos, mas que se centram na sustentabilidade, devem ser o paradigma. **Defendemos que os novos edifícios públicos apliquem a metodologia de construção deste tipo de edifícios, bem como incentivos à construção privada verde, que pode estar correlacionada com a certificação LEED obtida.**

⁷ Harvard T.H. Chan School of Public Health / Syracuse University Center of Excellence / SUNY Upstate Medical School, 2015

⁸ American Academy of Sleep Medicine, 2013

⁹ <http://staging.community-wealth.org/sites/clone.community-wealth.org/files/downloads/paper-kats.pdf>

¹⁰ US Environmental Protection Agency, "Indoor Air Quality," January 6, 2003. Available at: <http://www.epa.gov/iaq/>.

IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE RECOLHA E GESTÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS



Esta proposta visa especialmente a garantia do ODS 6, nomeadamente do objetivo 6.5, que pretende «Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.»¹¹

Aliado ao aumento populacional (estima-se em 2050 uma população mundial de 10 biliões), existe um aumento da procura de água potável o que, condicionado pelas, cada vez mais frequentes, ondas de calor, agrava e adensa o problema da escassez de água em vários pontos do nosso planeta. Segundo a ONU, **a previsão é de que, em 2030, a procura de água excederá em 40% a quantidade de água disponível no mundo, sendo que o relatório de 2019 do Instituto Mundial de Recursos coloca Portugal em risco elevado de escassez de água, com situação de seca em 96% do território nacional à data de maio desse ano**¹².

Defendemos a implementação de sistemas de recolha e gestão de águas pluviais que funcionem a nível municipal destinados a promover a redução do desperdício de água. Estes sistemas, que se pretende que realizem o tratamento e armazenamento das águas da chuva, poderão reduzir o desperdício de água em todas as operações em que a utilização de água potável não se demonstre necessária, como a água de autoclismos, rega, lavagens de roupa ou qualquer outro tipo de lavagens. Estes sistemas devem ser instalados em locais como jardins municipais e edifícios públicos, desde que a sua aplicação seja tecnicamente viável, bem como em todas as novas infraestruturas públicas, em linha com a preocupação na aposta em green buildings.

Pretendemos que esta proposta seja apenas o começo do investimento em sistemas de gestão de água mais racionais que possam preparar Portugal para o futuro, considerando ainda que no interior do País já podemos verificar zonas de seca extrema durante o verão, com especial destaque para o Alentejo e o Algarve.

Face aos custos de instalação dos sistemas e condutas, **propomos que no âmbito da descentralização de competências, seja atribuído pelo Estado aos municípios alguns benefícios fiscais por um período de 5 anos, para que estes implementem os sistemas supracitados no tempo previsto. Serão mudanças locais, com impactos globais.**

¹¹ <http://www.agenda2030.org.br/ods/6/>

¹² https://www.rtp.pt/noticias/mundo/portugal-enfrenta-risco-elevado-de-escassez-de-agua-segundo-relatorio_n1165150

SUBSTITUIÇÃO DA RELVA POR VEGETAÇÃO SUSTENTÁVEL



Esta proposta visa especialmente a garantia do ODS 6, nomeadamente do objetivo 6.4 que pretende «Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores (...)»¹³.

De acordo com um estudo realizado em 2015¹⁴, **nos países desenvolvidos os relvados ocupam cerca de 70% a 75% dos espaços verdes das cidades**, sendo que nos EUA, por cada dia de verão, são consumidos aproximadamente 1.5 mil milhões de metros cúbicos de águas municipais para irrigar toda esta área. **Estes relvados são bastante suscetíveis às mudanças climáticas, demonstrando uma capacidade reduzida para a retenção de água.** Por outro lado, o prado, além de mais eficaz na retenção de água, perde menos água através da evapotranspiração, permitindo uma maior absorção de água pelos solos, o que auxilia na manutenção dos lençóis freáticos¹⁵.

Propomos, portanto, para uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos, que se proceda à **substituição da relva por outras espécies de vegetação herbácea mais sustentável nos espaços públicos por parte dos municípios.**

¹³ <http://www.agenda2030.org.br/ods/6/>

¹⁴ Ignatieva, M. et al. (2015). "Lawn as a cultural and ecological phenomenon: A conceptual framework for transdisciplinary research". Urban Forestry & Urban Greening, Volume 14, Issue 2, 2015, páginas 383-387. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1618866715000436>.

¹⁵ -<https://conservationtools.org/guides/151-from-lawn-to-meadow>

INCENTIVOS MUNICIPAIS AO RECURSO À PRODUÇÃO DE ENERGIA DE FORMA DOMÉSTICA



Esta proposta visa especialmente a prosseguir o 7 ODS, em particular o objetivo 7.2, que pretende «Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global».

Propomos a dinamização, em terrenos municipais, de painéis fotovoltaicos e incentivo à produção de energia doméstica por esta mesma via, como, por exemplo, nos telhados ou terraços dos edifícios muitas vezes desaproveitados. Outra utilização adequada dos mesmos dar-se-ia por via da construção de jardins-teto, que têm um impacto positivo quer para o ambiente, quer para os residentes, que podem beneficiar de um espaço verde na sua própria habitação.

DIGITAL



As propostas que a JSD apresenta no âmbito das Cidades Digitais prosseguem o 11.o objetivo para o Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU, nomeadamente para «11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional de desenvolvimento». Queremos trazer as nossas juntas de freguesia, municípios e País para o século XXI!

Nos últimos séculos assistiu-se nos países desenvolvidos a uma galopante concentração populacional nos grandes centros urbanos, fruto do denominado êxodo rural. Este movimento partiu, principalmente, da procura das acessibilidades que estes centros oferecem aos cidadãos, concentrando uma vasta oferta profissional, escolar, comercial, hospitalar, cultural e lúdica num espaço acessível aos seus habitantes sem necessidade de grandes deslocações. Todas estas ofertas traduzem-se numa palavra: oportunidades!

Todavia, hoje o mundo evoluiu ao ponto de quase todas estas oportunidades poderem ser prestadas em formato digital. Por um lado, possibilita uma maior liberdade aos cidadãos no momento de escolher a sua residência. Por outro lado, obriga os municípios a reinventar-se para serem cada vez mais atrativos para nacionais e estrangeiros, conseguindo assim reunir capital financeiro e humano fundamentais para a prosperidade.

Daqui resulta o conceito de cidade digital, locais de transformação social da realidade municipal por via do emprego de tecnologia digital. Estas têm como objetivos, entre outros, a simplificação e passagem dos procedimentos administrativos ao formato digital, poupando tempo e papel ao passo que há um incremento da transparência; a desmaterialização de inúmeras operações em papel que desgastam o meio ambiente, reforçando o compromisso com a sustentabilidade verde; o desenvolvimento de formas de trabalho digital como o teletrabalho e a generalização do comércio digital, com a consequente criação de emprego que podem acarretar; a melhoria da informação recebida ou tratada; bem como o apoio a cidadãos com necessidades especiais.

Infelizmente, ainda nem todos os cidadãos têm acesso à transformação digital, quer pelo atraso dos seus municípios, quer porque esta é uma realidade que tende a ficar concentrada nos grandes centros urbanos. O risco de exclusão social destes segundos é tremendo. Destarte, a JSD apresenta seis medidas cuja implementação se pode verificar de forma transversal nos municípios ao longo do território, com elevado benefício para os seus cidadãos e para o desenvolvimento sustentável das suas terras. Queremos uma transição digital global para todos os portugueses, que possa ser implementada em qualquer ponto do País e sirva a todos os municípios do igual modo.

COFINANCIAMENTO DE LIVING LABS MUNICIPAIS

Os *Living labs* consistem em ambientes abertos nos quais os inovadores (cientistas, empresários, técnicos, etc.) experimentam novas ideias, produtos e serviços, promovendo uma inovação centrada e estimulada pelo utilizador, que participa ativamente no processo de cocriação. Assim, evita-se que produtos e tecnologias sejam desenvolvidos em ambientes fechados, resultando muitas vezes em produtos desligados das reais necessidades do mercado e das pessoas ou impraticáveis. Neste sentido, pretendemos que nestes espaços se possam desenvolver produtos e tecnologias com benefícios diretos para a vida dos cidadãos de cada município.

WIFI GRATUITO E ACESSO À FUTURA REDE DE 5G

Num contexto histórico em que o mundo se encontra à distância de um ecrã virtual, não podemos permitir que haja cidadãos privados desta realidade. O WiFi tornou-se em algo tão fundamental ao nosso desenvolvimento social e à nossa qualidade de vida que se exige que esteja ao acesso de todos de forma gratuita, imediata e com qualidade. Assim, pretendemos que em cada município seja criada uma rede de WiFi municipal gratuita para os residentes e paga para os turistas, sendo este investimento financiado pela taxa turística e pelas empresas que queiram vincular informação dos seus produtos e serviços junto dos residentes e turistas. É importante também garantir acesso a todos à futura rede de 5G.

GESTÃO DE TRÂNSITO INTELIGENTE

À semelhança daquilo que já é feito em Darmstadt, cidade alemã vanguardista no que toca à transição digital, propomos uma implementação gradual de um sistema de vídeo-câmaras para monitorizar o tráfego, controlando e registando em tempo real a densidade do tráfego e adaptando as sinalizações às reais necessidades de cada dia. O fluxo do tráfego passaria a poder ser visto em tempo real online.

WEBSITES/APPS MUNICIPAIS COM OFERTA TURÍSTICA

Para que qualquer turista se possa inteirar de imediato do que pretende visitar em cada município, propomos que seja criado localmente um Websites/Apps de turismo, ou que, nas páginas já existentes dos municípios haja um separador próprio para o tema, no qual se concentre toda a oferta turística do município em questão associado a um sistema de reservas e bilheteira centralizada, promovendo produtos locais e serviços das empresas que se associam.

DESMATERIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS AUTÁRQUICOS

Pretendemos dar mais um passo rumo ao compromisso pela sustentabilidade ambiental, promovendo a desmaterialização das inúmeras operações em papel necessárias aos trâmites burocráticos da administração autárquica. A passagem destes documentos ao formato digital possibilita uma maior celeridade nos procedimentos, maior facilidade de arquivo e, claro está, a abolição do autêntico fardo para o meio ambiente que é o consumo desmesurado e desnecessário de papel.

CARTÃO CIDADE

À semelhança daquilo que já é praticado em alguns municípios portugueses, pretendemos que seja criado um cartão/app para cada município que agregue um conjunto de produtos e serviços exclusivos e com condições especiais para os munícipes, permitindo, por exemplo:

- 1- agregar os diferentes cartões de acesso a serviços municipais, como, por exemplo, cartões para as bibliotecas municipais;
- 2- descontos e gratuidade nos transportes públicos conforme o caso de cada município;
- 3- desconto e acesso prioritário a atividades e eventos promovidos pela Câmara Municipal;
- 4- Acesso a estacionamento automóvel e de bicicletas em parques municipais;
- 5- acesso gratuito à rede de WiFi municipal;
- 6- avisos por sms ou na app municipal de eventos ou incidentes que ocorram na cidade.

EMANCIPAÇÃO JOVEM

O acesso à educação, mobilidade, habitação, desporto e cultura são pilares determinantes na formação de um jovem e na sua emancipação, o que permitirá aos jovens de hoje, adultos de amanhã, livremente alcançarem a sua felicidade, como passaporte para a realização pessoal.

Atualmente um jovem tem muitas dificuldades em tornar-se independente, mesmo que altamente qualificado, pois vê-se, invariavelmente, com baixos salários, elevada tributação e parco rendimento líquido disponível. Os jovens portugueses são dos últimos, no contexto europeu, a emancipar-se.

Para cumprir este desiderato, é necessário construir um mercado justo e competitivo, que potencie a atração de investimento e criação de emprego para os jovens, mas que simultaneamente possibilite aos jovens a aquisição ou arrendamento de uma casa. Um mercado em que os jovens possam demonstrar o valor adquirido pela sua formação académica e a sua capacidade profissional, mas que disponibilize, em paralelo, tempo para um jovem se dedicar a atividades culturais e desportivas. Sobretudo, que não asfixie os jovens impossibilitando-os de constituir a sua própria família.

No meio de tantos constrangimentos, nos quais reside a liberdade de um jovem para realizar o seu projeto de vida, isto é a sua emancipação?

Assim, a JSD atribui um dos pilares do seu manifesto autárquico à emancipação jovem, subdividindo este tema em quatro áreas de especial importância e cuja transformação pode ser amplamente incentivada pela atuação dos municípios portugueses.

MOBILIDADE



As propostas que a JSD apresenta no âmbito da mobilidade prosseguem o 11.o objetivo para o Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU. **Queremos que as nossas juntas de freguesia e municípios tenham soluções ecológicas que evitem o tráfego constante!**

INFRAESTRUTURAS TECNOLÓGICAS E INCLUSIVAS

Para além de disponibilizarem WiFi e informações interativas relativas à rede de transportes públicos através de códigos QR (*Quick Response*), tecnologia NFC (*Near Field Communication*) ou de painéis interativos, as paragens de autocarro/estações de metro devem estar preparadas para serem utilizadas por passageiros com necessidades específicas, através de comunicação verbal, interatividade por gestos ou mesmo informação em *braille*.

REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS ABRANGENTE E ELETRIFICAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS

São inúmeros os produtores de autocarros elétricos. A título de exemplo, a empresa TOSA (pertencente ao conglomerado Helvético-Sueco ABB) já produz autocarros urbanos que operam de forma análoga a autocarros urbanos a diesel. Neste exemplo, a energia necessária para a locomoção do autocarro é recolhida nas várias paragens de autocarro ao longo do percurso, enquanto os passageiros entram e saem (em cerca de 15 segundos), possibilitando o cumprimento de horários tradicionais. A TOSA não se encontra sozinha: ao todo, já existem cerca de 50 empresas, a nível mundial, que fabricam este tipo de autocarros elétricos.

Por outro lado, quer os comboios, quer os metropolitanos (nos quais se incluem os de superfície) movidos exclusivamente a eletricidade já são antigos, com os primeiros protótipos apresentados ainda durante o século XIX. De resto, o seu uso é comum em países desenvolvidos, e Portugal não é exceção.

Em 2016 o sector dos transportes configurava um dos sectores de atividade com maior consumo de energia dependente dos derivados do petróleo, cerca de 75,5%. Com estes consumos, foi responsável, em 2016, por cerca de 24,7% das emissões de gases de efeito de estufa em Portugal, registando entre 1990 e 2016 um aumento de 62%. Portugal tem uma das maiores integrações de fontes de energia renovável, sendo que a eletrificação dos transportes constitui uma oportunidade para a descarbonização, contribuindo determinantemente para se atingirem os objetivos do roteiro para a neutralidade carbónica 2050.

Apesar de a eletrificação dos transportes coletivos de maior preponderância (ferroviário e rodoviário) representar um investimento inicial elevado, a respetiva poupança de combustível torna este investimento interessante, quando considerados percursos mais longos e maior número de viagens, baseando os custos de gasóleo (cerca de 1,5€ por litro) contra os da eletricidade (0,1402€ por kWh), para consumos que variam na rodovia entre 35/45 litros aos 100km se movido a gasóleo e de 0,8kWh por km se elétrico. Assim, para além do investimento, é necessário o incentivo ao uso do transporte coletivo.

Assim, defendemos a expansão da eletrificação da ferrovia e rodovia pública nacional, aliada a um programa de incentivos ao uso do transporte público coletivo para as deslocações diárias urbanas, suburbanas e pendulares inter-regionais. Nomeadamente, propomos que os passes dos transportes públicos sejam gratuitos para todos os estudantes. Defendemos também que o Estado, enquanto agente promotor da utilização de transportes públicos, imponha uma percentagem de trabalhadores públicos cujos passes devem ser obrigatoriamente gratuitos, substituindo assim as frotas públicas desmesuradas e despesistas. A JSD defenderá o *car sharing*, com um número diminuto de carros a ser disponibilizado por entidade pública para circunstâncias necessárias.

ELIMINAÇÃO DE MEIOS DE TRANSPORTE POLUENTES DAS FROTAS MUNICIPAIS

A JSD defende a transição gradual dos meios de transporte das frotas de municipais para carros elétricos, contribuindo assim para a redução da pegada ecológica, para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e para a diminuição do consumo de combustíveis fósseis.

Para além disso, esta proposta melhorará substancialmente a qualidade de ar dos municípios portugueses, diminuindo ainda a poluição sonora.

IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE INTELIGENTE

A JSD propõe a criação de uma app que faça o controlo dos acessos na entrada e circulação no interior dos centros urbanos em tempo real e a gestão dos estacionamento contribuindo, assim, para a eco-mobilidade.

EDUCAÇÃO



As propostas que a JSD apresenta no âmbito da Educação prosseguem o 4.o objetivo para o Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU. Queremos uma educação de qualidade que permita aos jovens formarem-se naquilo que mais gostam e serem ativos válidos no mercado de trabalho!

Em Portugal, o ensino recorrente é uma opção formativa que permite obter uma certificação equivalente, de acordo com a lei portuguesa, à que é obtida nos percursos de regime geral, sendo uma via de acesso à educação para todas as pessoas que não usufruíram ou não completaram a escolaridade na idade própria, destinando-se a jovens com idade igual ou superior a 15 anos e a adultos.

Em 2018 esta modalidade de ensino representava cerca de 8% do total de alunos dos ensinos básico e secundário inscritos neste tipo de ensino. Apesar disso, segundo a União Europeia (UE), face ao insucesso acumulado dos alunos portugueses ao longo do 1º, 2º e 3º ciclos, Portugal acaba por ser o segundo país da UE, logo a seguir à Polónia, em que os jovens concluem mais tarde o 12º ano.

Os jovens portugueses tem interesse pela participação no processo criativo, valoriza a expressão individual, e responde a incentivos como a incorporação da aprendizagem intrapessoal nos trabalhos de grupo. Assim, acredita-se que é fulcral que os programas educativos se adaptem ao perfil e ao interesse dos alunos, oferecendo abordagens que sejam simultaneamente criativas e dinâmicas, focadas na aquisição de competências nunca descurando, no entanto, a aquisição do conhecimento. É exemplo disso a aprendizagem por projetos, ou *project based learning*, em que a sala de aula é transformada, recorrendo-se a tecnologia e projetos de aprendizagem que fomentam a integração do conhecimento com soluções palpáveis e concretas. No entanto, importa realçar que este modelo de organização é tão ou mais benéfico quanto a capacidade dos alunos de pensarem sobre a sua própria aprendizagem. Isto é, importa que sejam asseguradas disciplinas promotoras do raciocínio e reflexão como a filosofia e outras áreas “clássicas” como o português e a matemática.

O ensino baseado em projetos já existe em alguns projetos-piloto em Portugal e com resultados inspiradores. A título de exemplo, o projeto “Robot Ajuda!”, da Escola Secundária da Portela, situada na Freguesia de Moscavide e Portela, ficou entre os vencedores do prémio proposto pela Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação 2018 (WSIS Prizes 2018). A aventura educativa de transformar a metodologia de ensino, levando robots como material pedagógico para dentro da sala de aula, permite despertar nos alunos o interesse em disciplinas como a matemática, a física, a química e a programação, funcionando como catalisador do estudo interdisciplinar. Inúmeros estudos comprovam que o ensino por projetos, com introdução de ferramentas tecnológicas, resulta em maior aquisição de conhecimento bem como maior motivação por parte dos alunos.

A JSD defende uma reformulação programática do ensino recorrente no 3º ciclo, implementando-a com respeito pelas realidades sociais locais, em escolas-piloto, com professores que tenham acesso a formação, preparando-os para um trabalho eficaz e atualizado. Afinal, não existe educação sem professores. Defendemos uma reformulação programática que seja adaptada aos interesses dos jovens de hoje, à medida dos seus sonhos e ambições e que, ao manter a exigência da avaliação do processo de ensino - com exames teóricos e práticos, em que possa ser testada a real aquisição de conhecimento - crie metodologias para que esta aquisição de conhecimento seja mais eficaz.

REFORMAR A MENTALIDADE “ONE SIZE FITS ALL”

Os cursos vocacionais implementados por Nuno Crato foram substituídos por cursos de Educação e Formação, num claro alinhamento com a estratégia facilitista promovida pelo Governo Socialista. Importa destacar que os cursos vocacionais se apresentavam como uma alternativa viável aos jovens em idade escolar com mais de duas retenções que não pretendem seguir o dito caminho convencional.

Por outro lado, estes percursos são também apontados como uma forma de combater os elevados níveis de desemprego jovem e de reduzir o desfasamento entre as competências que são adquiridas nas escolas e aquelas que são de facto necessárias no mercado de trabalho.

Sendo Portugal um país maioritariamente dedicado ao sector terciário, a restante população dualiza-se entre indústria e agricultura. Numa economia de mercado como a europeia, o País tem a obrigatoriedade de investir fortemente na formação de técnicos qualificados em ambas as áreas. Assim, a produtividade dos sectores aumentaria, facilmente justificando salários e contribuições ao Estado gradualmente superiores.

O sistema que atualmente vigora impede os alunos do acesso a vias de ensino verdadeiramente alternativas, conduzindo a uma uniformização do sistema educativo.

Assim, jovens com motivações e maturidades distintas do tradicional percurso académico serão, inevitavelmente, prejudicados. Impera, deste modo, reformar a mentalidade *one size fits all* e repensar o ensino vocacional, canalizando-o para onde verdadeiramente é necessário.

REPENSAR O ENSINO VOCACIONAL, CANALIZANDO-O PARA O EMPREGO ESPECIALIZADO DE CADA REGIÃO

Aliada à proposta anteriormente apresentada, defendemos que a adaptação seja não somente em função das características e maturidades dos estudantes, mas também em função das condições e contextos geográficos.

Assim, ao orientar o ensino vocacional para as especificidades de cada região é possível atrair os jovens para opções de trabalho atrativas e simultaneamente fixar jovens em territórios que sofrem com uma constante sangria dos filhos da região.

Fosse o investimento Estatal no ensino vocacional uma realidade perante a realidade de cada região, e teríamos agentes mais motivados e capacitados para contribuir para o crescimento económico do País.

REINTRODUÇÃO DA “BOLSA MAIS SUPERIOR” UNIVERSAL

De ano para ano, Portugal vê as suas assimetrias territoriais aumentarem, com uma dicotomia territorial evidenciada pela maior concentração populacional nas áreas do litoral e uma despovoação e envelhecimento no interior do País, impera que a JSD contrarie esta assustadora tendência.

Os últimos anos têm demonstrado que existe um sector que pode ser peça-chave na devolução ao interior, da esperança e da dinâmica de que ele tanto necessita. Esse sector é o ensino superior.

O relatório da OCDE, *Higher Education and Regions - Globally Competitive, Locally Engaged*, conclui que as instituições de ensino superior têm um impacto relevante na economia local e regional uma vez que são empregadoras e clientes, mas também fornecedores de bens e serviços. A localização destas instituições em regiões do interior tem como consequência mais visível a fixação de jovens que gera uma nova dinâmica no comércio local e no mercado de arrendamento, ou seja, um contributo importante para a regeneração económica destes territórios.

Apesar deste importante contributo que as instituições de ensino geram, Portugal investe apenas 1,2% do seu PIB no ensino superior, ficando abaixo da média da OCDE que se encontra nos 1,5% do PIB. Somado a este baixo investimento está o desequilíbrio crónico no financiamento das universidades que tem por base o histórico financiamento das instituições, pondo de parte as reais e atuais necessidades das universidades.

Importa incentivar apoios aos estudantes que queiram optar pelas instituições de ensino superior do interior. Em 2014 foi criada a “Bolsa Mais Superior”, que tinha por base o princípio da universalidade, ou seja, qualquer estudante que optasse por estudar numa instituição de ensino superior do interior teria acesso a esta bolsa para o apoiar nas despesas correntes e inerentes à sua fixação nestes territórios.

Contudo, o Governo, em 2016, alterou este princípio e cingiu o acesso a esta bolsa apenas a alunos oriundos de famílias economicamente carenciadas, terminando a discriminação positiva e uma das únicas formas de incentivo para os estudantes optarem por estas instituições. Defendemos que seja reintroduzido o modelo da “Bolsa Mais Superior” que tinha por base o princípio da universalidade.

UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO À CRECHE E JARDIM DE INFÂNCIA

Os primeiros anos de vida são fundamentais para o crescimento das crianças, possuindo um grande impacto no desenvolvimento futuro das suas capacidades cognitivas e de socialização, determinando em muito no que se definirá cada pessoa. Assim, a JSD defende a **universalização do acesso à creche e jardim de infância, dos 6 meses** - quando termina a licença parental - **aos 5 anos de idade**, com respostas sociais, públicas e privadas, tendencialmente gratuitas.

Colocando o foco na igualdade de oportunidades, a creche ou o pré-escolar não pode ser para as elites, sobretudo quando a evidência nos diz que o estímulo intelectual nos primeiros anos de vida determina a capacidade intelectual da idade adulta.

INCLUSÃO DA COMPONENTE ARTÍSTICA

Defendemos **uma aposta clara no ensino com base na vertente artística, sendo a arte um elemento fundamental ao desenvolvimento do ser humano**. Num primeiro plano, ao seu próprio desenvolvimento e estrutura, como indivíduo e pessoa, e num segundo plano, não menos importante, como cidadão pertencente a uma comunidade e a uma cultura. Ele é, em si, herdeiro de uma história e do que o rodeia, e esta irá "cobrar-lhe" a sua ação, o seu testemunho.

A **expressão dramática assume um papel preponderante**, como disciplina que procura a construção de projetos cooperativos, em que todos possam encontrar espaço para se expressarem. Procura trabalhar o individual no coletivo, criando condições de desenvolvimento da criatividade pessoal, com ritmos próprios, bem como diferentes estilos de participação. O saber estar com os outros, aprender a relacionar-se, a interpretar a realidade e a integrar-se nela, facilita a aquisição de competências tanto no desenvolvimento dos atos expressivos, como na descoberta do mundo, das pessoas e dos objetos (por exemplo, projeto Escola iNova 20@25).

Com a ascensão da tecnologia, acreditamos que a **abertura ao processo artístico consiste em si a garantia da humanização da educação**, uma janela para o mundo, para um mundo colorido de oportunidades diversas, um incentivo à observação, à assimilação, à reflexão, ao pensamento crítico, à construção e desconstrução. **Cabe à escola, desde cedo, alimentar esse pensamento criativo e possibilidade de abertura à imaginação e criatividade.**

ESCOLA DO SÉCULO XXI

Torna-se cada vez mais consensual que a educação contemporânea necessita de uma reestruturação que dê resposta quer aos desafios dos jovens portugueses, quer ao mundo onde esta geração vive. Comprovou-se essa necessidade, perante a inesperada pandemia da COVID-19. A plateia física foi substituída pelas câmaras e assim ressurgiu a telescola. Com a emergência brusca desta nova forma de ensinar e de aprender, introduziram-se mudanças há muito ansiadas, mas criou novas desigualdades.

O debate sobre a digitalização da escola deixou de se centrar apenas na “tecnologização” da sala de aula. As questões que emergem são: será que trazer tablets para dentro da escola é trazer verdadeiramente a tecnologia para a sala de aula? Terá a escola os seus limites nas suas 4 paredes?

As salas de aula de há dois séculos são exatamente iguais às salas de aula de hoje. Num modelo de um professor diante de 30 alunos. O mundo, no entanto, mudou significativamente. Acelerou e digitalizou-se. Tornou-se mais criativo. A educação, como pilar basilar da sociedade, exige essa mesma digitalização e criatividade.

A sala de aula é o “laboratório” do amanhã, do qual vão resultar os adultos do futuro. Falar de tecnologia deve ser muito mais do que falar apenas de instrumentos. Abordar a escola do futuro tem de significar formas de potencializar a aprendizagem, a comodidade e melhoria na interação entre conteúdos, professores e alunos. Tem de significar uma abordagem responsável perante a tecnologia, já que a tecnologia, na ausência de orientações específicas, pode diminuir a qualidade da aprendizagem. Porém, também é sabido que escolas que integram tecnologia na sala de aula de forma planeada e não arbitrária, com objetivos a alcançar, tendem a ter mais sucesso na sua implementação.

Assim, defendemos:

- Promover a inclusão de tecnologia como auxiliar do trabalho dos alunos e professor, não os substituindo ou diminuindo a sua exigência;
- Salas de aula com acesso a **serviços em cloud** para partilha de materiais de trabalho, recursos didáticos e trabalho online;
- Dotar as escolas de meios para possibilitar a **oferta de aulas em videoconferência**, nomeadamente, para alunos impossibilitados de estar excecionalmente em contexto presencial (por exemplo, motivos de saúde, ausência por motivos familiares), garantindo o acesso a todos os alunos aos meios necessários;
- **Reformular as componentes de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)** de forma que seja incluída na componente programática conteúdos de Programação (por exemplo, código) e de Segurança e Privacidade online;
- **Promover a partilha de recursos educativos intergrupamentos a nível nacional**, para facilitar o acesso a fontes fidedignas de informação que potencializam a aprendizagem e reduzam assimetrias entre regiões;
- Revisão dos currículos académicos para que incluam **o ensino de programação desde o 1º ciclo de estudos e introdução à inteligência artificial.**

AMBIENTE SEGURO E SAUDÁVEL NAS ESCOLAS

Contratar, adicionalmente, profissionais especializados - conselheiros escolares, assistentes sociais e psicólogos - para garantir que todos os alunos tenham acesso a suporte académico, profissional, de saúde mental e socioemocional. Com a realização de intervenções de saúde mental na comunidade escolar, a sensação de bem-estar por parte dos alunos e o seu desempenho académico poderão ser melhorados simultaneamente.

HABITAÇÃO



As propostas que a JSD apresenta no âmbito da Habitação prosseguem o 11.o objetivo para o Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU. **Queremos as nossas juntas de freguesia e municípios desenvolvam estratégias para que os jovens possam ter a sua própria casa!**

O acesso à habitação digna é condição necessária para o bem-estar de cada um de nós. Porém, os custos relativos à habitação, sejam eles um empréstimo para casa própria ou uma renda, partilhados ou suportados a nível individual, **representam uma percentagem muito significativa dos encargos mensais.**

Os jovens portugueses - a geração mais qualificada de sempre - vêem-se condicionados não pela sua falta de qualificações, mas pela desproporção entre os seus rendimentos - num país em que o salário base médio mensal é de cerca de 1.000€ para quem trabalha por conta de outrem - e o custo da habitação, resultando num entrave à sua emancipação. Onde está a liberdade de um jovem que encontra este entrave à construção da sua família ou no acesso ao Ensino Superior pela impossibilidade de pagar um quarto?

O ranking de qualidade de vida do *Deutsche Bank* compara, anualmente, em cerca de 50 cidades, a qualidade de vida, utilizando como indicador o rendimento disponível líquido de rendas. No topo da tabela encontram-se cidades nas quais, apesar dos custos habitacionais elevados, o rendimento auferido pelos trabalhadores permite uma boa qualidade de vida após deduzirem estes custos. No topo do ranking temos, por exemplo, Zurique, onde o rendimento disponível após impostos e renda é de mais de 3.500€. Lisboa ocupou o 36º lugar em 2017 e o 42º em 2019, atrás de cidades como Bangalore (Índia) e Kuala Lumpur (Malásia). Portugal está ao nível de Varsóvia, com pouco mais de 450€ de rendimento disponível após impostos e renda.

Por um lado, **os rendimentos médios baixos em Portugal e a forte carga fiscal suportada (direta ou indiretamente) têm parte da responsabilidade. No entanto, o aumento dos custos da habitação não é um problema exclusivo das metrópoles, condicionando a liberdade do jovem de Norte a Sul do País, até às Regiões Autónomas.**

Portugal viu os preços medianos do arrendamento subir cerca de 9,2% entre junho de 2018 e junho de 2019. As Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto registaram respetivamente 16% e 12,7% de aumento para o mesmo período. No entanto, outras zonas do País, como o Algarve e a Região Autónoma da Madeira, registam também custos por metro quadrado superiores à média do País, superiores inclusivamente aos valores registados na Área Metropolitana do Porto. No Algarve e na Madeira, arrendar um T2 com 100m² custou quase mais 70€ em 2019 face a 2018. Aveiro e o Cávado, por exemplo, registaram aumentos no arrendamento de mais de 9% e 11% respetivamente entre junho de 2018 e junho de 2019. Para o mesmo período, na Beira Baixa e Médio Tejo arrendar custava quase mais 9%, enquanto para o Alto Minho, Viseu e Região Autónoma dos Açores os aumentos foram na ordem dos 7%. Verificaram-se poucas regiões nas quais o custo do arrendamento tenha diminuído, sendo Trás-os-Montes e Alto Alentejo as zonas com descidas mais expressivas, cerca de 3%.

Para quem pretende adquirir habitação, o panorama é de enorme exigência. Segundo o INE, o valor mediano das vendas por metro quadrado de alojamentos familiares aumentou, para casas de tipologia T1 e T2, respetivamente 9% e 8%, de junho de 2018 para junho de 2019. Significa isto que para adquirir uma habitação familiar de 100m², um português médio necessitou de mais de 100.000€, aos quais se adicionam os impostos a suportar na aquisição.

A Área Metropolitana de Lisboa e o Algarve lideram o ranking das regiões com maior custo de aquisição por metro quadrado. Várias zonas do País tiveram um crescimento acima de 10% do preço de aquisição por metro quadrado. Olhando por exemplo para a tipologia T2, verificam-se subidas de mais de 10% do valor por metro quadrado por exemplo no Alto Minho, Cávado, Ave, Área Metropolitana do Porto, Viseu e Região Autónoma dos Açores.

A evolução de preços pode ser explicada por diversos fatores. Por um lado, em zonas urbanas com turismo, naturalmente a procura por parte de turistas e residentes não habituais terá direcionado parte da oferta existente para estes mercados, com maior poder de compra. Por outro lado, a estagnação da nova construção durante os anos de crise, acompanhada de uma maior procura, promovida pela decisão interna de compra adiada durante a crise, incentivada pela redução das taxas de juro e *spreads* bancários praticados, também contribuí para o aumento do preço. **A nossa visão é de que devemos promover respostas para todos os sectores da população, sem recorrer a mecanismos comprovadamente obsoletos de controlo de rendas ou utilização coerciva de património privado, que nada mais atingem a médio prazo a não ser a asfixia do mercado.**

Para determinados sectores da sociedade - famílias carenciadas, cidadãos seniores com vulnerabilidades económicas, entre outros - acreditamos que o Estado deve desempenhar o seu papel social, uma realidade que nos últimos anos tem sido frequentemente atribuída de forma forçada aos privados. Os agentes privados têm um papel muito relevante do lado da oferta, tanto a nível do investimento e promoção imobiliária para nova construção e reabilitação, mas também ao nível da sua escolha individual entre arrendamento a famílias, jovens, estudantes e as utilizações alternativas do seu património.

Defendemos um mercado de habitação para o século XXI, livre, solidário, baseado em respostas privadas, públicas e sociais, dirigidas de forma equilibrada a toda a população: famílias de classe média, jovens, estudantes, população sénior e grupos sociais mais desfavorecidos.

PROGRAMA DE HABITAÇÃO JOVEM PARA ESTUDANTES COM RENDAS CONTROLADAS

CONTINUAR O COMBATE PELO AUMENTO DE CAMAS NAS RESIDÊNCIAS

Um jovem que quer estudar não tem necessariamente de frequentar os estabelecimentos de ensino superior ou profissional da sua área de residência. Deve ter a oportunidade de escolher a instituição onde quer prosseguir os seus estudos e, por conseguinte, deslocar-se para essa área. **Independentemente do nível socioeconómico da família, a JSD acredita que, para uma verdadeira igualdade de oportunidades, esta escolha deve ser livre, e o Estado deve assumir um papel crucial na promoção da continuação dos estudos e no acesso a habitação para os estudantes.**

Segundo os dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério do Ambiente de novembro de 2018, que constituem a base do Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior, **estima-se que existam, neste momento, 113.000 alunos deslocados no ensino superior público. Porém, existem apenas 15.000 camas que se encontram distribuídas por 192 residências.** Verificamos que no fim do ano de 2017 eram apenas disponibilizadas mais 360 camas do que no ano de 2009, aumento insuficiente quando comparamos com o aumento do número de estudantes deslocados no mesmo período principalmente nos grandes centros urbanos.

O estudo supracitado refere ainda que são mais de 60.000 os estudantes bolseiros (no âmbito da ação social no Ensino Superior) em Instituições Ensino Superior (IES) Públicas. No entanto, não existem camas suficientes em residências universitárias, restando assim, para quem está deslocado, um apoio de cerca de 130€, valor insuficiente para quem se desloca para estudar nas grandes cidades. Em Portugal, a oferta de residências para estudantes está bastante abaixo da média europeia. Apenas cerca de 12% dos estudantes vivem em residências, contra 18% da média europeia e, muito aquém dos 20%/30% dos países nórdicos como a Dinamarca ou a Finlândia.

O Governo tem anunciado várias medidas de reforço da oferta de camas para estudantes do Ensino Superior, bem como a mobilização dos imóveis públicos devolutos. No entanto, estes anúncios não têm sido acompanhados de execução, mantendo-se todos os problemas até aqui identificados. Por exemplo, em outubro 2018 anunciou 2000 camas para estudantes, tendo feito aprovar, em fevereiro de 2019, o Decreto-Lei n.º 30/2019. Consequentemente, anunciou um programa que permite, em teoria, disponibilizar 11.500 camas para estudantes até 2023 – para a sua concretização, seria necessário garantir uma média de 2.300 camas por ano. Além das recorrentes críticas ao programa, por estar assente em números poucos fidedignos, até ao momento, a única concretização que se consubstanciou foi um anúncio, em agosto de 2019, de cerca de 600 novas camas disponibilizadas para o ano letivo de 2019/2020, muito aquém dos valores expressivos esperados.

Assim, propomos como medidas essenciais:

1- A publicação de uma lista de todos os imóveis e terrenos devolutos e desocupados dos municípios e administração central;

2- O lançamento de um Programa de Habitação Jovem com casas e quartos para estudantes. Partindo de imóveis ou terrenos dos municípios ou administração central, estes seriam vocacionados para arrendamento a estudantes e arrendamento jovem com rendas controladas, tendo em mente princípios de sustentabilidade dos edifícios e promovendo rendas acessíveis. **Estes projetos poderiam ser desenvolvidos pelos municípios,** com respeito pelos princípios da subsidiariedade e garantindo o apoio central aos projetos das autarquias, dotadas de um conhecimento próximo da realidade habitacional, ou cedidos em regime de concessão. **Propõe-se que o investimento e a gestão operacional possam ser realizados em conjunto com privados ou mesmo com recurso a linhas de financiamento europeias.** As rendas cobradas serão necessariamente mais baixas, dado o reduzido investimento inicial em terrenos e infraestruturas, e os municípios - ao obter parte das receitas - terão a possibilidade de reinvestir em novos projetos;

3- A JSD continua a defender o aumento do número de camas em residências estudantis em Portugal, uma das áreas em que o Governo do Partido Socialista mais tem falhado à nossa geração.

DISPONIBILIZAÇÃO DE TERRENOS E EDIFÍCIOS MUNICIPAIS PARA ARRENDAMENTO ACESSÍVEL

A nossa geração, com a entrada no mercado de trabalho, ambiciona a sua emancipação. Nesta fase, deparamo-nos com rendas proibitivas face ao rendimento médio, bem como vários obstáculos, como a necessidade de adiantar rendas e cauções. Os jovens portugueses são dos europeus que mais tarde se autonomizam, permanecendo em casa dos pais em média até aos 29,2 anos, contra uma média de 26 anos a nível europeu.

Criação de um Programa de Habitação Jovem, partindo de imóveis ou terrenos municipais, que seriam vocacionados para o arrendamento jovem com rendas controladas, tendo em mente princípios de sustentabilidade dos edifícios e promovendo rendas acessíveis. Estes projetos poderiam ser desenvolvidos pelos municípios, com respeito pelos princípios da subsidiariedade e garantindo o apoio central aos projetos das autarquias, dotadas de um conhecimento próximo da realidade habitacional, ou cedidos em regime de concessão. Propõe-se que o investimento e a gestão operacional possa ser realizada em conjunto com privados ou mesmo com recurso a linhas de financiamento europeias. As rendas cobradas serão necessariamente mais baixas, dado o reduzido investimento inicial em terrenos e infraestruturas, e os municípios - ao obter parte das receitas - terão a possibilidade de reinvestir em novos projetos.

ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE A TRANSMISSÃO ONEROSA DE IMÓVEIS (IMT)

Numa fase em que a nossa geração começa a pensar no seu futuro e nos seus projetos pessoais, poderá ser a ambição de muitos a de arrendar ou adquirir uma casa maior. É essencial aplicar medidas de promoção da habitação jovem nesta fase, dado que a independência dos jovens trabalhadores e a sua capacidade futura de poupança e de investimento são cruciais para a construção das suas vidas. Não é possível atingir estes objetivos com uma prestação de casa ou uma renda asfixiante.

Um jovem que se queira emancipar através da compra de um imóvel tem de ter não só uma disponibilidade financeira significativa para suportar pelo menos o valor não abrangido pelo crédito bancário (tipicamente 10% a 20% do valor de venda), como também disponibilidade financeira para pagar pesados impostos (IMT e Imposto de Selo, que podem chegar a quase 9% do valor de venda). Esta necessidade de disponibilidade financeira cria barreiras claras aos jovens que, em início de vida, não dispõem de uma poupança generosa ou de apoio familiar.

Neste sentido defendemos o alívio da carga fiscal exigida aos jovens que desejem adquirir a sua primeira habitação, nomeadamente, isentar de IMT os jovens até aos 35 anos que adquiram a sua primeira casa para habitação permanente. Entendemos que a isenção de IMT alivia a carga fiscal aos jovens, apoiando a sua emancipação e, se for essa a sua opção, a constituição de família, promovendo a igualdade de oportunidades no acesso a habitação e a redução de carga fiscal numa fase crítica da vida dos jovens portugueses.

CHEQUES FAMÍLIA

Valor entregue diretamente à família sobre a forma de cartão aceite nos negócios de primeira necessidade da área de residência (farmácias, mercearias e similares). Este valor não se limitaria a 1000€ anuais, como é presentemente definido pelo município para combater os efeitos negativos da pandemia. A entrega de tal cartão traz claras vantagens para a economia local, permitindo simultaneamente uma gestão mais personalizada do valor face às necessidades de cada agregado. Medidas como esta existem já em algumas freguesias da cidade de Lisboa, pelo que este programa seria uma expansão a todos as freguesias procurando uma resposta uniformizada em todo o município.

CULTURA E DESPORTO



As propostas que a JSD apresenta no âmbito do Desporto e Cultura prosseguem o 4.o objetivo para o Desenvolvimento Sustentável definido pela ONU. Queremos que as nossas juntas de freguesia e municípios sejam agentes promotores da cultura e do desporto!

ATRIBUIÇÃO DE PASSES INTRA-RAIL PARA TODOS OS JOVENS QUE CELEBREM 18 ANOS

A nível europeu, o recente programa lançado pela UE, DiscoverEU, oferece anualmente cerca de 50.000 passes de comboio interrail a jovens de 18 anos, dando-lhes assim a possibilidade de viajarem pelo continente europeu. Esta iniciativa, aliada ao programa Erasmus+, que em 2017 envolveu mais de 20.000 jovens portugueses, proporciona o conhecimento mútuo dos diferentes povos europeus, das suas culturas e tradições.

Esta situação conduz-nos ao caricato cenário em que alguns jovens, nascidos e criados em certas zonas do país, acabam por ter a oportunidade de viajar ou viver noutra país europeu, sem nunca terem viajado pelo próprio país. Tendo em conta a riqueza cultural e natural do nosso país, devemos contrariar esta tendência: **os jovens devem conhecer a Europa, mas devem também conhecer o seu país, Portugal.**

Neste sentido, é de saudar a medida recentemente anunciada pelo Ministério da Cultura, que permite aos jovens de 18 anos ingressar em qualquer museu, teatro ou palácio que se encontre sob a tutela do Ministério da Cultura de forma gratuita, durante o ano em que atingem a maioridade. Esta medida, que resultou do Orçamento Participativo Portugal 2017, é adequada à valorização cultural em Portugal. No entanto, não é suficiente. De que serve a um jovem de 18 anos poder ingressar em qualquer museu se, no local onde habita, existem apenas um ou dois? De que serve ter entrada gratuita quando não tem meios para chegar às entradas?

O custo de uma viagem de intra-rail, isto é, uma viagem de uma semana de comboio por Portugal continental, é muito elevado, 146€, sendo que o desconto de jovem representa apenas uma diminuição de 13% do preço, para 127€. Por este valor, atualmente, são muitas as viagens aéreas internacionais de ida e volta que podem ser feitas pela Europa. Com alguma ginástica financeira, típica dos jovens, é até possível adquirir não só os bilhetes de avião, como toda a despesa decorrente da viagem por este custo. Logo, não existe qualquer motivação para, enquanto jovens, viajarmos pelo nosso próprio país e conhecermos o seu património cultural. E é urgente mudar isso.

Propomos, à semelhança do Programa DiscoverEU, **a atribuição de passes de Intra-Rail por Portugal, aberto a todos os jovens que celebrarem 18 anos no ano do concurso.** Através deste programa, os jovens portugueses terão a possibilidade de viajarem por todo o País, do litoral ao interior, do campo à cidade, do norte ao sul, descobrindo assim o rico património cultural português, as paisagens deslumbrantes do território continental, a história específica de cada região e o legado comum que todos partilhamos. Desta forma, estimula-se a economia local de zonas despovoadas, promove-se o conhecimento sobre a própria história e País, desenvolve-se a identidade e pertença a uma comunidade social e política, e fortalece-se o compromisso cívico dos jovens portugueses.

Em Portugal, a cultura tem ocupado um plano secundário da nossa realidade política e social, com subfinanciamento crónico, contribuindo em grande parte para a precariedade da cultura em Portugal. Não obstante as dificuldades e obstáculos que enfrenta, a cultura em Portugal tem resistido e crescido, oferecendo e representando para o País uma enorme riqueza imaterial.

Estudos recentes comprovam os inúmeros benefícios que a participação cultural acrescenta não só à pessoa humana, mas também à vida em sociedade. Estes benefícios verificam-se ainda mais fortemente no que toca aos jovens portugueses e à sua relação com a cultura. Uma vez que esta geração se dedica com grande profundidade ao desenvolvimento da sua personalidade. Enquanto meio de expressão livre, promove a construção da identidade pessoal, alimenta o pensamento crítico e fortalece a autoestima, tantas vezes minorizada. A nível social, a participação cultural contribui para a aproximação entre pessoas, povos e experiências. A cultura tem de estar na agenda.

Esta realidade é fortemente sentida pelos jovens portugueses, composta por cidadãos do mundo, que têm contacto com diferentes pessoas e culturas de uma forma nunca vista. 80,8% dos jovens portugueses dizem ter amigos de outras nacionalidades, 68,5% revelam curiosidade em relação a outras culturas e 92% são a favor da igualdade de oportunidades para todos os que residem em solo nacional. De realçar que 86,7% dos adolescentes inquiridos consideram que os imigrantes residentes em Portugal devem poder manter os seus costumes e estilos de vida, e 86% defendem a diversidade linguística.

A proximidade digital e os novos meios de mobilidade aproximaram realidades que não se conheciam. Perante este novo contacto, a postura pode ser tanto de segregação, isolamento e nacionalismo, como de abertura, interesse e diálogo. Pelo mundo fora, observa-se tanto um, como o outro. A JSD defende a tolerância e a valorização do respeito pela diferença.

Através do reconhecimento da riqueza presente nas diferentes formas e experiências artísticas, tem-se a oportunidade de desenvolver sentimentos de tolerância, respeito e apreço pela diversidade. Acreditamos que desta forma constroem-se sociedades verdadeiramente democráticas e inclusivas, em que todos têm voz e lugar.

Paralelamente, a participação cultural alimenta também um sentimento de comunidade e pertença, pois ao tomar conhecimento de uma experiência e legado comuns, de uma história e raiz comum, promove-se a coesão social e combate-se o isolamento, enfrentando tendências segregacionistas. A participação cultural contribui também para o compromisso cívico e participação política. Não faltam boas razões para investir na cultura, através de dinheiro, mas também atenção, tempo e participação.

DESCONTO EM MUSEUS E PALÁCIOS

Apesar de Portugal ter um dos mais ricos patrimónios culturais do mundo, apresenta uma das mais baixas taxas de participação cultural da Europa¹⁶. O acesso aos museus nacionais é caro para os jovens e, apesar de existirem programas de apoio aos jovens, são muito pouco divulgados e conhecidos.

A título de exemplo, os programas já existentes de Grupos de Amigos dos Museus e Monumentos da Direção Geral do Património Cultural (DGPC) são de adesão gratuita para todos os jovens até aos 25 anos, e permitem a entrada gratuita em todos os Museus e Palácios dependentes da DGPC, ou seja, mais de vinte museus nacionais, espalhados por todo o território, desde o Porto e Lisboa, a Mafra, Coimbra, Tomar, Alcobaça e Viseu. Porém, **programas como este têm muito pouca divulgação e consequente adesão**, naturalmente contribuindo para a redução da participação cultural por parte dos jovens.

Na medida em que a oferta cultural em Portugal é rica e única no mundo, devemos trabalhar para que se torne acessível para os jovens portugueses. Nesse sentido, propomos:

- 1- **Desconto de 50% para todos os jovens até aos 30 anos, em qualquer museu ou palácio de gestão pública ou privada;**
- 2- Lançamento do **Projeto Cultura Municipal Digital**: concurso anual realizado em cada município para aplicação de soluções de divulgação da cultura municipal ou nacional via soluções tecnológicas inovadoras;
- 3- **Divulgação de programas** semelhantes ao Grupos de Amigos dos Museus e Monumentos da DGPC, junto das instituições dos **Ensinos Secundário e Superior**, desenvolvendo parcerias e aproximando realidades.

¹⁶ Culture statistics — 2019 edition p.126

SINALIZAÇÕES CULTURAIS EM CADA MUNICÍPIO

Um turista, quer português, quer estrangeiro, que visite uma cidade do nosso País pretende ver os locais mais emblemáticos e culturalmente mais relevantes. Para se guiar numa cidade pode recorrer a ferramentas tecnológicas, como o *Google Maps* ou o tradicional mapa em papel que encontra em qualquer ponto turístico. Todavia, nem o sentido de orientação de muitos nem sempre é o melhor, nem por vezes tem condições momentâneas de acesso a mapas digitais.

Incluir placas que sinalizem os pontos importantes a visitar em cada cidade acompanhada da distância até ao destino. Quando se chega ao destino, é importante saber o que se está a ver. Para isso, é relevante haver placas com o nome do monumento, miradouro ou outro, e uma pequena descrição dos mesmos.

CRIAÇÃO DE AMBIENTES PÚBLICOS PROMOTORES DE EXERCÍCIO FÍSICO

Em Portugal, entre as crianças com 10 e 11 anos, 64% são pouco ativas fisicamente. O valor da inatividade física sobe abruptamente para mais de 95% em jovens com 16 e 17 anos. Estes factos devem alertar para as consequências nefastas do sedentarismo, uma vez que a atividade física reduz as taxas de mortalidade por todas as causas, bem como diminui a doença coronária, hipertensão, trombose (AVC), síndrome metabólica, diabetes tipo II, cancro da mama, cancro colorretal e depressão. Em 2013, foi definida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a meta de reduzir em 10% a inatividade física nos países membros, até 2025.

Por outro lado, nos últimos anos, o uso de tecnologias pelas crianças aumentou de forma exponencial. Cerca de 40% dos jovens inquiridos refere utilizar o *Instagram* (40,5%), assistir a vídeos no *Youtube* (39,2%) e trocar mensagens no *WhatsApp* (35,5%) duas ou mais horas por dia, durante a semana. A evidência científica mais recente tem mostrado que o uso excessivo das novas tecnologias está associado a riscos, nomeadamente obesidade, alterações da visão, perturbações do sono, atrasos da linguagem, problemas de comportamento, entre outros.

Se são inúmeras as vantagens da digitalização do mundo, importa estar atento aos seus riscos, de forma a planear soluções para que a digitalização do mundo seja humanizada. A OMS emitiu, em 2019, diretrizes claras: crianças com menos de um ano não devem ser expostas a ecrãs eletrónicos e crianças entre os dois e os quatro anos não devem estar mais de uma hora por dia expostas a ecrãs. Nas mesmas recomendações, emitiu o parecer de que as crianças entre um e quatro anos de idade devem ter, pelo menos, 3 horas de atividade física por dia, uma vez que a falta de atividade física está relacionada com cinco milhões de mortes em todo o mundo por ano, em todas as faixas etárias, e (em parte) a falta de atividade em jovens e adultos se deve aos aparelhos eletrónicos.

Assim, pretende-se que em cada município português seja delineada uma estratégia de consciencialização dos jovens portugueses para a importância da limitação do tempo de exposição ao ecrã, do aumento da prática de exercício físico, com ambientes públicos promotores da atividade física e da importância da integração nas atividades sociais. Ademais, essa estratégia dever-se-á traduzir na implementação de atividades e espaços promotores do exercício físico. Deve ser promovido o convívio em atividades que não incluam ecrãs, incentivando atividades de caráter cultural, artístico ou desportivo e, ainda, a participação social e exercício da cidadania ativa.

Reconhecendo que a implantação de estilos de vida mais saudáveis constitui um processo multidisciplinar, que requer naturalmente o envolvimento e compromisso de vários agentes das comunidades municipais, considera-se igualmente premente a definição de um pacote de medidas e incentivos públicos que reconheça e promova, juntos das indústrias que desenvolvem produtos e serviços potencialmente influenciadores de estilos de vida mais saudáveis, boas práticas e iniciativas de valor acrescentado para esse processo de transformação cultural.



JSD.PT